

CRESCIMENTO E QUEDA DOS HOMICÍDIOS EM SP ENTRE 1960 E 2010: UMA ANÁLISE SITUACIONAL

Bruno Paes Manso

Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013

Resumo

O trabalho é um estudo do processo de crescimento e queda dos homicídios em São Paulo no período entre 1960 e 2010. Parte de uma abordagem qualitativa, em que são observadas as escolhas homicidas e as trajetórias dessas carreiras criminais para descrever os mecanismos sociais que causaram esse movimento na curva. Ao analisar a visão de mundo dos homicidas, no período e no contexto em que essas decisões foram tomadas, é possível compreender o processo de percepção e de escolha daqueles que praticaram homicídios em São Paulo. A análise situacional, que liga os indivíduos ao contexto da ação, é um esforço que remonta aos estudos de Shaw e MacKay (1931), da escola de sociologia urbana de Chicago. Este trabalho parte do postulado de que todas as ações dependem das alternativas que uma pessoa percebe no contexto em que vive e de quais escolhas elas fazem (WIKSTRÖM, 2009a: 83). Nesse processo de percepção e escolha a ser investigado, as escolhas homicidas (homicídios) são as variáveis dependente e mudam de acordo com as características dos indivíduos e do contexto onde essas escolhas são tomadas.

Introdução

Nas últimas cinco décadas, entre 1960 e 2010, a Região Metropolitana de São Paulo intercalou períodos de crescimento e queda nas taxas de homicídios. O crescimento, iniciado nos anos 1960, acelerou seu ritmo em meados dos anos 1970, até chegar ao ápice no ano de 1999. Desde então, na última década, teve início o movimento de queda acentuada que se manteve até 2010 (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000; WAISELFISZ, 2011; PERES et al., 2011). Graficamente, esse movimento é representado por uma curva em forma de montanha.

Para facilitar a compreensão do processo ocorrido na RMSP entre as décadas de 1960 a 2010, o trabalho divide a análise em três fases principais: a primeira é marcada pelo começo da ascensão da violência nas periferias da RMSP. O crescimento começa quando a escolha homicida ganha um novo significado e os homicídios passam a ser vistos como um instrumento de controle para intervir no contexto local. No final dos anos 1960, grupos se organizam, inicialmente na polícia civil, na tentativa de controlar o aumento dos crimes patrimoniais pelo extermínio (homicídios) dos suspeitos de serem ladrões. As ideias, técnicas e práticas do extermínio vão ser reelaboradas pelos policiais militares nos anos seguintes criando dinâmicas territoriais de violência. Tem início a segunda fase do crescimento, que se caracteriza pela disseminação dos homicídios nos territórios periféricos da RMSP.

Os homicídios começam a ser praticados mais intensamente pelos PMs como instrumentos de controle territorial na metade dos anos 1970. Os efeitos são diferentes dos esperados pelos autores dos homicídios. Em vez de controlar os roubos, os homicídios provocam novos homicídios e aumentam a desordem nesses lugares. Em territórios onde as próprias polícias policiais matam ou incentivam o assassinato, o homicídio torna-se uma ação cada vez mais escolhida na mediação de conflitos. O aparecimento dos justiceiros, matadores que se espalham pelos bairros periféricos com anos 1980, é um dos efeitos do incentivo e tolerância das autoridades ao extermínio. Entra em funcionamento círculos de violência, estimulados pela prática da vingança, acionando mecanismos onde os próprios homicídios levam a novos homicídios.

Finalmente, a terceira fase é a da estabilização e queda dos homicídios. Conforme esses casos de assassinatos se disseminam e se tornam escolhas corriqueiras no final dos anos 1990 em São Paulo, os moradores desses territórios passam a caminhar cada vez mais

no caminho que conduz ao autoextermínio. Os supostos ganhos advindos com a prática deixam iludir o próprio homicida. É fundamental compreender que as motivações para a prática de homicídios se transforma ao longo do tempo. Na fase inicial da curva, quando ainda poucos matam, os homicídios podem ser visto como ferramenta de controle local. Foi o que ocorreu na São Paulo dos anos 1960. Conforme os homicídios se espalham, fenômeno verificado nas décadas seguintes, todos se tornam mais vulneráveis, inclusive os matadores, que passam a correr riscos elevados de serem vingados. As políticas públicas de controle de homicídios, nesse momento, terão efeitos mais efetivos e resultados mais rápidos.

Teoria do crescimento e queda dos homicídios

Antes de descrever o processo que leva ao crescimento e à queda dos homicídios, é preciso definir os conceitos que permitem demonstrar o funcionamento dos mecanismos sociais a serem explicados neste trabalho. Uma análise situacional, como proposta pela teoria da ação situacional, transporta o indivíduo ao contexto da ação. O perfil desse indivíduo e as características do contexto podem, portanto, serem mais ou menos indutores dos homicídios (variável dependente do modelo). As variáveis independentes estão, portanto, relacionadas ao contexto e aos indivíduos, considerando que uma variável tem forte influência sobre a outra.

Os limites das teorias positivistas e clássicas e as possibilidades apontadas pela teoria geral do crime levaram criminologistas a desenvolverem estruturas teóricas que buscam juntar esses olhares (SAMPSON; LAUB, 1995 e 2006; SAMPSON; WIKSTRÖM, 2003 e 2006; e WIKSTRÖM et al., 2000; WIKSTRÖM; BOUHANA, 2008; WIKSTRÖM, 2009a; WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b). A teoria da ação situacional, proposta pelos autores, nada mais é do que o resultado desse esforço para superar a divisão entre explicações individuais e ambientais da ação moral, propondo um mecanismo situacional (a análise por meio de um processo de percepção-escolha) que liga a pessoa e seu contexto à sua ação.

Segundo a teoria, os crimes são praticados porque, em determinado período, esse tipo de ação passa a ser visto por certos indivíduos como a alternativa mais viável entre as demais existentes. Existe, assim, um cálculo nessa escolha, mesmo considerando que os ganhos materiais não são necessariamente determinantes e que o peso das escolhas motivadas pelas emoções individuais ou pelos ganhos simbólicos pode ser decisivo. A

ação criminal é tomada por aqueles que, no cálculo de ganhos e perdas, considerando o contexto em que a escolha é tomada, creem nas vantagens materiais ou simbólicas dessa alternativa (WIKSTRÖM, 2009a: 254; WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 77; WIKSTRÖM et al., 2000: 60).

A complexidade e as sutilezas por trás desses cálculos também são levadas em consideração pela teoria. No que diz respeito às diferenças entre indivíduos, a propensão para praticar um crime vai depender da moralidade individual (regras morais individuais relevantes e emoções individuais) e da capacidade em exercer autocontrole. Os valores com os quais esse indivíduo cresceu podem estimular ou coibir certos tipos de ação. Caso tenha sido educado com base em valores contrários ao crime e tenha elevado grau de autocontrole, suas escolhas tendem a seguir as crenças com as quais cresceu. Caso tenha baixo autocontrole, esses mesmos valores individuais podem ser preteridos pela possibilidade de satisfazer o desejo de prazer em curto prazo. Essa combinação de autocontrole e de valores herdados determina as posições individuais (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 91).

Já a influência do contexto vai depender das regras morais vigentes (relacionadas aos controles sociais existentes no cotidiano em que ele vive) e das oportunidades, conflitos e provocações locais, que podem estimular ou coibir determinadas escolhas e ações. É o contexto moral que define o leque de alternativas disponíveis ao indivíduo na hora da escolha (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b: 91). Um contexto moral pode, por exemplo, ter instituições mais tolerantes às ações violentas e a determinados tipos de comportamentos criminais. A fragilidade no controle político e social pode ser detectada quando há ineficiência ou conivência das polícias na coibição desses crimes; as investigações policiais para descobrir os autores do crime são mal feitas; criminosos conseguem estabelecer a lei do silêncio, dificultando a ação das instituições de segurança. Esse contexto moral, onde os controles sociais aos homicídios são mais frouxos, permite que as escolhas homicidas sejam tomadas com menores riscos de represálias.

O fundamental é compreender a motivação para cometer um crime ou para matar como um conceito situacional, já que as preferências morais e os desejos pessoais sempre devem ser considerados em relação a um determinado contexto. É na interação entre o

indivíduo com os demais, em uma dada situação e contexto, que se cria a motivação capaz de levá-lo a cometer um homicídio.

Homicídios em São Paulo – o começo da epidemia

Os homicídios diferem de outros tipos de crime em três aspectos principais. Em primeiro lugar, mesmo com ausência de sanções legais, as pessoas têm pouco a ganhar ao tirar a vida de terceiros. É uma situação completamente diferente do roubo, por exemplo, ação que proporciona ganhos patrimoniais ao autor do crime. No caso do homicídio, normalmente a ação está mais relacionada à eliminação da dor do que a um ganho efetivo (GOTTFREDSON E HIRSHI, 1990: 18 e 19). Em segundo lugar, homicídios são crimes graves. A maioria dos indivíduos valoriza a vida mais do que qualquer outro bem e aceita qualquer sacrifício ou medida para preservá-la. Como resultado, as pessoas podem também admitir medidas extremas para preservá-las (FLAHERTY; SETHI, 2008: 2). Finalmente, em terceiro, há uma variedade ampla de motivações capazes de induzir as escolhas homicidas, como ciúmes, raiva, paranoia, vingança e ganância, entre outras. Essas ações motivadas por causas subjetivas e complexas, que envolvem cargas elevadas de emoção e impulso, acabam sendo altamente influenciáveis pelo contexto. Ou seja: quando, em determinado contexto, a eliminação do outro se torna uma solução corriqueira para lidar com esses conflitos carregados de emoções, o comportamento tende a ser copiado por outros que convivem nesse meio.

A análise situacional propõe uma investigação sobre o momento da escolha homicida a partir das variáveis que caracterizam o indivíduo homicida inserido em determinado contexto. Nesse sentido, cabe a pergunta que norteia a investigação sobre o processo epidêmico: por que os homicidas matam? Por que os homicidas mataram em São Paulo ao longo dos últimos 50 anos? É preciso responder por que, em determinado período, a população de São Paulo, que matava a taxa estáveis, passou a matar mais e mais a cada ano. Como explicar o momento em que se começa um tipo de assassinato epidêmico, ou em outras palavras, contagioso, que se espalha rapidamente? Os números da Fundação Seade com dados de causas de morte da capital da cidade, medidos pelo governo desde 1900, ajudam a ter uma ideia do nível de violência em São Paulo ao longo dos anos. Entre 1920 e 1960, a cidade, que se industrializava, manteve patamares mais baixos que 5 casos por 100 mil habitantes. Ao longo dessas quatro décadas, a população de São

Paulo se multiplicou por seis e passou de 580 mil habitantes para 3,8 milhões. Mesmo assim, apesar da violência sempre presente e descrita nas páginas dos jornais da época, os níveis de homicídios se mantinham sob controle. Entre 1960 e 1975, a grande cidade industrial já passava a assumir patamares mais elevados de violência, entre 5 a 10 casos por 100 mil habitantes. As taxas se aceleram a partir de 1975. Não param de subir até 1999 quando, segundo os mesmos dados, São Paulo alcança 65 homicídios por 100 mil habitantes. Dados da Saúde Pública confirmam a mesma tendência (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000: 52-53).

Pode-se ver que as mortes ligadas a problemas familiares ou à honra de seus integrantes foram predominantes na capital paulista desde antes do começo do século passado até meados dos anos 1970 (FAUSTO, 1984). Eram tipos de escolhas vistas como inaceitáveis por serem claramente desproporcionais e incompreensíveis por atingirem em muitos casos integrantes da própria família – casos de adultérios ou de rivalidades entre parentes, por exemplo. Eram, na verdade, tragédias pessoais por si só autocontroláveis política e socialmente, com alto potencial de gerar danos excessivos para o homicida e ganhos escassos e emocionalmente momentâneos. Como escolhas danosas, costumavam ser praticadas excepcionalmente por indivíduos mais sensíveis emocionalmente, com baixo autocontrole, que eram levados a escolher soluções que causam alívio em curto prazo e prejudicavam toda a vida que restava. Tirar a vida, “o bem mais precioso do nosso semelhante”, era um ato altamente repulsivo, um tipo de ação incompreensível, associada à irracionalidade, loucura ou ao péssimo caráter do autor, espécie de monstro moral a ser rapidamente enjaulado. Esse tipo de homicídio, mesmo em uma sociedade relativamente violenta como a brasileira e paulista, sempre se manteve abaixo dos 10 casos por 100 mil habitantes.

Essas escolhas ganham um novo significado no começo dos anos 1960, quando os homicídios se disseminam em velocidade alta, principalmente depois dos anos 1970. Os homicídios começam a se propagar em São Paulo quando ganham um novo significado e se transformam em escolhas atraentes e toleradas pela sociedade e pelas instituições de segurança. Esse novo significado dos homicídios induz, inclusive, indivíduos se organizarem em grupos para praticá-los. Em outras palavras, o homicídio deixa de ser um crime sem ganho aparente para quem o pratica. A partir de meados de 1960, os homicídios passam a ser vistos como um instrumento de controle do crime, numa sociedade em transição e fragilizada. Integrantes das polícias civil e militar, instituições

encarregadas de coibir os homicídios, passam a se organizar para praticá-los. Primeiro os policiais civis, por meio do esquadrão da morte; depois, os militares e justiceiros são os representantes mais citados pela literatura nessa fase em São Paulo (CALDEIRA, 2000; ADORNO e CARDIA, 1997; ADORNO, 1998; PINHEIRO, 1979, 1991a, 1991b, 1997; PAIXÃO, 1988). A partir dos anos, 1980, o círculo de vinganças e de escolhas tomadas em defesa da própria vida fazem os homicídios se tornarem escolhas cada vez mais populares.

A mudança no significado do homicídio começa a ocorrer quando a figura do bandido, em oposição à do trabalhador, torna-se ameaçadora a ponto de seu extermínio ser desejado ou tolerado (MINGARDI, 1991; FERNANDES, 1992; ADORNO E CARDIA, 1997; CALDEIRA, 2000; KOWARICK, 2000; BICUDO, 2002; SILVA, 2004). Os homicídios passam a ser apresentados e praticados como um instrumento de controle. Essa pretensa finalidade social dos homicídios, que seriam praticados em nome de uma sociedade mais segura, permite que eles se tornem uma ação moralmente tolerada e menos controlada socialmente.

O esquadrão da morte começou a atuar na cidade no final dos anos 1960, liderado pelo então delegado de polícia Sérgio Paranhos Fleury, que passa a comandar também o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). As estimativas sobre as pessoas mortas na mão do esquadrão da morte em São Paulo variam de centenas a duas mil. Em 2005, Astorice Corrêa publica o livro *Correinha, Caçador de Bandidos, Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte*, onde descreve parcialmente fatos ocorridos no período e fala sobre suas convicções a respeito das práticas do esquadrão. Correinha foi um dos integrantes mais atuantes e importantes do esquadrão. Sobre os “bandidos”, ele escreve: “quem nasce com a tendência de delinquir, vai delinquir sempre, sem que haja qualquer terapia de recuperação” (CORRÊA, 2005: 22). Essa era uma ideia que ele compartilhava com outras pessoas que se sentiam inseguras com o aparente crescimento da violência urbana, divulgada diariamente nos jornais da época, que acabava servindo como argumento para justificar a limpeza social. Em pesquisa da Marplan encomendada pela revista *Veja* em 29 de julho de 1970 (pág. 30), para São Paulo e o antigo Estado da Guanabara, na qual foram ouvidas 210 pessoas, 60% dos paulistas se disseram favoráveis à ação do esquadrão da morte. Daqueles que apoiavam o grupo, 49% em São Paulo afirmavam que as pessoas eliminadas eram irrecuperáveis.

As técnicas usadas contra os criminosos comuns pelo esquadrão acabam sendo reaproveitadas no combate à guerrilha urbana durante a ditadura militar. A impunidade dos principais envolvidos permitiu que seu líder, o delegado Fleury, fosse promovido e se tornasse figura chave na estrutura de combate à guerrilha. As técnicas do esquadrão são reelaboradas e usadas pelo Doi-CODI. Cabe a Fleury a captura do maior inimigo do Regime Militar, Carlos Marighella, morto pelo grupo de Fleury em uma emboscada em novembro de 1969.

A partir de meados dos anos 1970, com a fragilização desses grupos guerrilheiros, derrotados pelo aparato de repressão do Regime Militar, que contou com a participação decisiva das polícias paulistas, as técnicas violentas e extralegais são reinventadas e aplicadas no combate ao crime comum. A Polícia Militar, ainda submetida ao controle do Estado Maior do Exército, vai atuar no patrulhamento ostensivo das periferias de São Paulo. No combate ostensivo ao crime comum, “os bandidos” se transformam nos inimigos da vez a ser combatidos. Com homens espalhados territorialmente nas periferias de norte a sul da RMSP, integrantes da PM elevam os homicídios ilegais a uma nova escala. Os homicídios e os meios ilegais de combate ao crime, que já haviam sido bem sucedidos na vitória contra a guerrilha, continuam sendo usados como instrumento de controle.

Paralelamente, nos anos que se seguem, os justiceiros, espécies de seguranças privados que surgem no começo dos anos 1980, começam a matar com o respaldo de comerciantes e industriais dos bairros de periferia. Contam com a conivência e a parceria dos policiais civis e militares das localidades em que atuam. É nesse período, quando os policiais militares responsáveis pelo controle dos homicídios em São Paulo passam a usar os homicídios para exercer o controle territorial da desordem, que a violência e os homicídios começam a se territorializar nas periferias de São Paulo.

O surgimento da solução homicida e a tolerância a essa alternativa podem ser definidos como o momento inicial da transformação do contexto moral urbano e do processo de crescimento dos homicídios. Duas variáveis independentes do modelo variam positivamente: a moral individual e o contexto se tornam mais tolerante aos assassinatos. O resultado é o aumento nos homicídios, como explica a teoria da ação situacional. A ruptura dos indivíduos com o contexto moral até então vigente, contudo, não ocorre em total confronto com a regra moral mais ampla que estabelece as normas

sociais a serem respeitadas. Existe claramente um processo de racionalização ou a criação de mecanismos para superar uma regra moral como a de não matar. Matar alguém deixa de ter uma carga negativa e insuportável; passa a ser uma ação moralmente aceita, em conexão com os valores morais estabelecidos.

Bandura (2004) explica que fazer pessoas agirem contra os seus padrões morais estabelecidos não é uma conquista que se alcança mudando padrões ou alterando os indivíduos em um nível profundo, mas pode ocorrer pela “redefinição cognitiva da moralidade” (BANDURA, 2004: 124). Nesse processo, é fundamental a construção social do inimigo como “um monstro a ser parado, não importa os meios”. É assim que ocorre o “desengajamento moral” do indivíduo, capaz de explicar a ação dos terroristas, objeto de estudo de Bandura (2004), mas também os homicídios em São Paulo. No caso da RMSP, os homicídios começam a partir da construção social da figura do bandido, capaz de transformar as mortes em uma atitude desejável numa sociedade que se sente vulnerável. A construção da imagem do bandido está bem documentada no trabalho em que Caldeira (2000) explica como “fala do crime” contribui para esse processo.

Além dessa “redefinição cognitiva da moralidade”, que oferece um novo quadro ao indivíduo em seu processo de percepção e escolha, o respaldo e a cumplicidade de integrantes das instituições de segurança transformam o contexto moral desses territórios, que se tornam altamente indutores de homicídios. Isso ocorre porque os controles institucionais e sociais de homicídios estão claramente fragilizados, já que grupos de policiais também estão matando. Essa condição aumenta as oportunidades para se escolher os homicídios como forma de lidar com a violência local, o que passa a ser feito pelos justiceiros a soldo de comerciantes. Os conflitos decorrentes das escolhas assassinas crescentes provocam novas ações homicidas. Testemunhas evitavam denunciar o homicídio à Justiça, já que eram ameaçados pelos próprios policiais e demais matadores. A lei do silêncio passa a vigorar e a resposta por meio da violência privada passa a ser uma alternativa cada vez mais atraente, conforme a Justiça fica menos acessível. No leque de alternativas à disposição nesse contexto onde as próprias instituições de segurança matam, o homicídio torna-se a escolha mais atraente e supostamente eficaz.

A maioria dos estudos que investigam as ações humanas tenta entender como as pessoas escolhem entre alternativas predeterminadas, como se fossem simples e se mostrassem

claramente para todos (ver CLARKE; FELSON, 1993; GOTTFREDSON; HIRSHI, 1990). A teoria da ação situacional, por outro lado, argumenta que, antes do processo de escolha, a pessoa se engaja em um processo de percepção pelo qual identifica as alternativas viáveis para responder a uma tentação ou provocação (WIKSTRÖM & TREIBER, 2009b: 83). Para perceber a violência como uma alternativa viável, uma pessoa precisa desejar intencionalmente matar o outro, sem pensar que matá-lo é errado em determinado contexto; caso contrário, deve querer fortemente agir dessa forma mesmo se for errado, assumindo as consequências desse ato. O sentimento de medo e de desprezo pelos “bandidos” é uma emoção forte com a qual os policiais convivem diariamente, segundo narram em entrevistas. Para compreender a alta dos homicídios, portanto, é determinante a explicação desse mecanismo social criado nos bairros violentos da cidade.

A disseminação dos homicídios

Os efeitos das escolhas homicidas, ao contrário do que esperam os assassinos e aqueles que acreditavam nos resultados sociais dos homicídios, em vez de coibirem a desordem, disseminam os homicídios ao tornarem essa alternativa acessível e desejada para outros jovens que se sentiam vulneráveis e sob o risco iminente de morte. No dia a dia desses bairros violentos, o crescimento dos homicídios faz com que cada vez mais corpos sejam deixados no meio da rua, às vezes até por dias, antes de serem retirados pelos carros do Instituto Médico Legal (IML). Os assassinatos passam a ser um assunto recorrente e o medo de morrer torna-se uma sensação presente e justificada no cotidiano. Diante dos conflitos das periferias, a escolha homicida surge quase obrigatoriamente no leque de alternativas do homem jovem. O medo da morte, que passa a estar presente no dia a dia desses jovens, contribui para a criação de um mecanismo social indutor de novas escolhas homicidas. O contexto, para considerar as variáveis independentes da teoria da ação situacional, varia positivamente: aumentam as oportunidades e as provocações capazes de estimular as ações homicidas.

Por serem conflitos que envolvem vizinhos (DHPP, 2006), essas ações tornam-se altamente contagiantes. Cada uma das novas agressões provoca a reação de terceiros, em um contexto em que a lei do silêncio se consolida porque as sanções sociais e políticas contra os homicidas estão enfraquecidas. Aqueles que denunciam homicidas correm o risco de morrer, o que funciona como um mecanismo de controle do controle o

permitir a punição da testemunha em vez do culpado. Como resultado, nesse contexto tolerante aos assassinatos, o desejo de vingança por parte dos homicídios de parentes e amigos das vítimas contamina emocionalmente aqueles que sofrem esse tipo de agressão, pedindo como resposta novas atitudes violentas já que restam poucas alternativas.

Um homicídio acaba provocando inúmeras mortes por causa da cadeia de vinganças ininterruptas. Na pesquisa, foram identificados conflitos que já duravam mais de uma década e haviam gerado sucessivas vinganças, situação encontrada em outras pesquisas feitas na periferia (ver HIRATA, 2010: 274-276). Uma rixa iniciada em 1993, por exemplo, no Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, envolvendo jovens de bairros vizinhos, levou à morte de 156 pessoas em cinco anos, segundo levantamento da Polícia de São Paulo e do Ministério Público Estadual (MANSO, 2012). A cada morte envolvendo um integrante do grupo rival, novas mortes ocorriam como resposta, em um ciclo incessante que durou anos. No Jardim Pantanal, na divisa com Diadema, na zona sul, jovens me descreveram dinâmica semelhante de conflitos entre três bairros vizinhos de mais de dez anos.

O efeito social multiplicador dos homicídios, no entanto, além de criar círculos de vingança, como ocorreu nos bairros de São Paulo e em cidades da metrópole, passa a atuar em uma segunda frente: leva os vizinhos que convivem e se relacionam entre si nesses locais e redes a adotarem uma atitude que Flaherty e Sethi (2008) vão definir como “preemptiva”, ou seja, um tipo de ação na qual “o indivíduo leva em consideração os homicídios ocorridos no passado na hora de decidir como agir” (FLAHERTY; SETHI, 2008: 2). As pessoas, como escrevem os autores, são capazes de darem passos drásticos para evitarem serem assassinadas. Mais diretamente, a decisão de matar é caracterizada por uma complementaridade estratégica: um aumento na probabilidade de ser assassinado aumenta o incentivo de essa pessoa matar primeiro para não morrer. O que significa que homicídios acabam inevitavelmente gerando homicídios, já que a avaliação de quem é ou não um homicida em potencial sempre estará influenciada pelo contexto emocional carregado dessas zonas altamente violentas.

O risco real de ser assassinado, presente de forma cada vez mais ostensiva nesse cotidiano tolerante aos homicídios, vai transformar a forma como os indivíduos enxergam as escolhas presentes nesse contexto e multiplicar a cada ano as escolhas

homicidas, no processo que Glaeser, Sacerdote e Scheinkman definem como o efeito social multiplicador nos homicídios (2002: 2-3). Conflitos banais, como o galanteio à namorada de terceiros, brigas em bar, olhares enviesados, podem ser suficientes para despertar o medo da morte. É como se a vida das partes envolvidas entrasse em jogo, induzindo uma das partes a se ver forçada a escolher o homicídio para não morrer. Mesmo quando ambas as partes não querem que a violência ocorra, incertezas sobre os motivos ou intenções dos outros podem resultar em agressão mútua.

O aumento da propensão individual ao homicídio

As entrevistas com aqueles que matavam e que viviam em comunidades violentas de São Paulo são fundamentais para entender as alternativas que estavam em jogo (na percepção dos homicidas) e como suas futuras escolhas acabam sendo afetadas. Afinal, o que levou o indivíduo a matar? Qual o papel da moral e do autocontrole nessas escolhas? Mesmo em um contexto social favorável à prática de homicídios, há os que ingressam nesse caminho e outros que ficam de fora. Como explicar por que algumas pessoas passam a matar enquanto outras não matam em um contexto favorável aos homicídios? A diferença entre os indivíduos é uma das razões – a moral individual e o autocontrole são as duas variáveis que determinam a propensão individual a matar, conforme a análise situacional (WIKSTRÖM; TREIBER, 2009b). As características do contexto, outra. A possibilidade de um mesmo indivíduo matar em um contexto violento, indutor de assassinatos, é maior do que a de matar em um bairro pacificado.

Mas existe outro aspecto fundamental a respeito das mudanças nas trajetórias individuais dos criminosos. O primeiro homicídio tende a se tornar um ponto de inflexão na vida de quem o pratica e novas escolhas homicidas são tomadas, numa sucessão de crimes que só acaba com a morte ou a prisão do autor. Por isso, a figura dos homicidas contumazes está sempre presente no contexto de violência da RMSP – entre policiais, justiceiros e os jovens matadores envolvidos em rixas territoriais. Depois que o primeiro homicídio é praticado, em um contexto social indutor, uma mudança no processo individual de percepção-escolha vai transformar o comportamento do assassino. Como os autores narram, depois do primeiro crime eles passam a temer a vingança dos inimigos. Vingança que tende a ser aplicada da mesma maneira. Aumenta o risco de ser assassinado e muda a moral individual (diante da presença permanente do risco de morte, a escolha homicida passa a ser tolerada), a rotina e as pessoas com quem

ele convive. Depois que matou o primeiro, portanto, como o homicida também passa a viver com o medo mais intenso da própria morte, vendo os fantasmas dos potenciais vingadores, aumentam as oportunidades e os motivos para se matar novamente.

Sampson e Laub (2006) analisaram o processo de desistência e persistência no crime levando em consideração conceitos como estabilidade e mudança ao longo do curso da vida. Essa perspectiva considera que a vida é quase sempre dinâmica e imprevisível e que induções externas a mudanças estão sempre presentes. (SAMPSON; LAUB, 2006: 33-35). Para discutir a desistência ou a permanência na carreira criminal, Sampson e Laub (1995) apontaram o casamento, o trabalho e o serviço militar como pontos de inflexão – turning points – fundamentais no curso da vida (SAMPSON; LAUB, 1995: 9). Conforme os autores, o que transforma uma ocorrência em um ponto de inflexão é o fato de redirecionar todo o processo individual e dar novo curso à trajetória que vinha sendo seguida. Essas três situações reordenam os indutores criminais de curto prazo e redirecionam os compromissos com essa nova condição ao longo do tempo (SAMPSON; LAUB, 1995: 140).

No caso dos homicídios em São Paulo, a análise ocorre no sentido oposto. O primeiro homicídio funciona como um ponto de inflexão ao induzir novas escolhas homicidas. Em um contexto violento, contribui para um redesenho na moral daquele que pratica o homicídio e uma mudança na percepção-escolha do indivíduo, provocando a persistência dessas ações violentas ao invés de incentivar a desistência. Isso ocorre porque aumenta tanto a propensão aos homicídios, como as oportunidades e os conflitos que provocam novos homicídios. Essa mudança na percepção de mundo leva o assassino a estabelecer novas alianças e relacionamentos, rotinas e estratégias para prevenir os riscos mais altos que ele passa a ocorrer. O homicida precisa construir ou fortalecer laços com indivíduos também dispostos a matar como forma de se proteger. As alianças entre homens jovens do mesmo bairro, formando as chamadas “bancas” ou “famílias”, acabam sendo um traço bastante característico dessa cena violenta da São Paulo dos anos 1980 e 1990. Conforme aumentam os inimigos, os homicídios deixam de ser uma escolha para serem vistos como uma “necessidade”.

A diminuição dos homicídios

O mecanismo social que leva à queda dos homicídios deve ser analisado a partir da compreensão da dinâmica de crescimento acelerado que o antecedeu. Isso ocorre porque

a queda dos homicídios é também efeito do próprio processo de crescimento dos homicídios. Os efeitos de anos e anos de homicídios no contexto e indivíduos são perversos e provocam tamanha desordem que todos perdem e são prejudicados com este tipo de crime. Até mesmo o assassino que, depois de matar, passa viver sob os fantasmas da vingança. Foi o que ocorreu na São Paulo dos anos 1990, com chacinas e dezenas de assassinatos aparentemente sem motivos, criando viúvas, órfãos e tragédias concentradas. Diante da crise e do amadurecimento da percepção de que todos perdem com a popularização dos homicídios, as soluções institucionais e sociais de controle dos homicídios, que oferecem oportunidades para escolhas alternativas, são bem recebidas e acabam tendo efeito acelerado na diminuição das mortes. Os homicídios caem não apenas porque as políticas públicas são eficazes, mas porque a popularização dos assassinatos e os círculos de vingança desperta o interesse de todos, inclusive dos homicidas em potencial, para escolhas nos conflitos que cada um se envolve. Não matar acaba se tornando a melhor estratégia para permanecer vivo e não ser vingado. A popularização dos assassinatos, portanto, acaba incentivando soluções para evitar o autoextermínio da população atingida pela violência.

Isso significa, portanto, que os efeitos das políticas públicas e sociais de controle de homicídios podem ser mais intensos em cidades que já viveram o problema da epidemia de homicídios. Como mostram as curvas de homicídio no Brasil, as regiões metropolitanas de sete estados que registraram as maiores taxas de crescimento de homicídios entre 1980 e 1999 foram também as que tiveram as principais quedas na última década, acumulando 52% entre 2000 e 2010. Além de São Paulo (-78,4%), houve queda expressiva de homicídios no Rio de Janeiro (-59%) e em Recife (-35,9%). As 39 cidades da RMSP registraram diminuição de 75,4% no mesmo período. Por outro lado, as 17 capitais que tinham taxas de homicídios mais baixas, registram altas de 150%, que continuaram a crescer ao longo desta década (WAISELFISZ, 2011: 23-24). Essa dinâmica dos homicídios reforça a ideia de que a tendência da curva epidêmica de homicídios em contextos urbanos é ter o formato de sino – cresce aceleradamente, mas depois cai para evitar o autoextermínio.

Em São Paulo, por exemplo, desde o final dos anos 1960, a crença na eficácia dos homicídios como meio de tentar controlar a violência provocou um rápido crescimento das taxas. Só que os homicídios, em vez de garantirem a ordem, espalharam a desordem e provocaram imprevisibilidade, sofrimento, tragédias e injustiças nesses contextos. A

própria vingança, que inicialmente exerceu um papel importante na multiplicação da violência ao criar um efeito multiplicador dos homicídios, com o tempo se torna um instrumento de controle das ações homicidas. Conforme os homicídios se popularizam, os homicidas passam a temer a vingança e por isso são forçados a ponderar a respeito da escolha que fazem, já que correrão sérios riscos de também serem assassinados. O próprio homicida, portanto, por causa do risco de ser vingado, tende a preferir escolhas alternativas para evitar sofrer ele próprio a violência.

É nesse novo contexto de completo descontrole, em que todos admitem os efeitos perversos dos homicídios, incluindo os próprios homicidas, onde se ampliam as oportunidades para que ações de instituições do Estado e da sociedade revertam o crescimento dos homicídios com mais eficiência. A redução ocorre de maneira mais acentuada a partir do ano 2.000 justamente nos bairros e cidades da RMSP que registravam as taxas mais altas de homicídios. A capilaridade e a capacidade de gerir essas intervenções de políticas foram proporcionadas por políticas públicas patrocinadas pelo Estado ao longo dos anos 1990, cujos efeitos se fizeram sentir a partir do ano 2.000. As intervenções alcançaram o contexto dos territórios violentos, atingindo principalmente aqueles jovens que haviam optado pelo na carreira criminal – principais vítimas e autores dos homicídios. Como afirmam Wikström & Treiber (2009b: 89), hábitos são quebrados por mudanças salientes no contexto da ação, que causa a aparência de um fator de impedimento, que redireciona a atenção na direção das metas que as pessoas buscam. Para que os indivíduos comecem a considerar alternativas pacíficas ao homicídio, portanto, além da transformação do contexto moral, foram necessárias intervenções para que essas pessoas enxergassem oportunidades para novas escolhas nesse contexto e buscassem essas alternativas.

Além das políticas públicas bem sucedidas no controle aos homicídios, a redução tende a ocorrer de maneira acentuada por causa do mecanismo de multiplicação dos homicídios, que tende a funcionar no sentido inverso e acelerar a queda dos assassinatos. Assim como um homicídio podia provocar uma série de novos homicídios por causa das vinganças e conflitos decorrentes, a redução de um homicídio pode significar a interrupção desse círculo promotor de assassinatos. As quedas, dessa maneira, podem ocorrer mais rapidamente e surpreender até mesmo autoridades encarregadas de aplicar políticas públicas de controle de homicídios. Foi o que ocorreu em São Paulo.

Instituições de segurança e políticas penitenciárias

Para discutir o crescimento dos homicídios, a investigação se concentrou no contexto e nos indivíduos para compreender as mudanças nas escolhas feitas nos territórios com taxas elevadas de violência. A mesma análise situacional deve ser feita para compreender a redução. Mudanças no perfil demográfico, no nível de renda, emprego, educação, entre outras macrovariáveis investigadas para explicar os homicídios, são importantes para se compreender toda a corrente causal por trás do fenômeno. Só que, apenas investigando o indivíduo no contexto em que age, é possível compreender as características que induzem diretamente esse tipo de ação e apontar com mais precisão os efeitos das políticas públicas e sociais nas escolhas cotidianas. Coibir as causas diretas do homicídio, controlar os últimos elos da corrente causal, pode influenciar mais diretamente e em prazos mais curtos a escolha dos criminosos.

Duas mudanças expressivas na política de segurança pública praticadas no Estado de São Paulo tiveram impacto profundo no universo criminal paulista e nos territórios violentos, contribuindo para mudar o cálculo daqueles que se relacionam nesse meio e para ampliar as oportunidades de não matar. A primeira medida foi a ampliação de vagas no sistema penitenciário e o aumento das taxas de aprisionamento. Entre 1990 e 2010, houve crescimento de 720% na taxa de presos por 100 mil habitantes em São Paulo (NUNES DIAS, 2011: 104). Os detentos também passaram por mudanças nas condições do cumprimento das penas. Até 1997, quase metade dos presos estava em delegacias e carceragens da Secretaria de Segurança Pública, taxa que cai para menos de 10%. Essa medida diminuiu as chances de fuga, obrigando o preso venha a cumprir pena e a conviver com outros presos (NUNES DIAS, 2011: 106).

A queda dos homicídios, no entanto, não é uma decorrência direta do aumento do risco de ser punido pela Justiça. Tanto que o crescimento acentuado das taxas de aprisionamento já vinha desde o começo dos anos 1990, sem resultados expressivos na redução dos homicídios. O aprisionamento em larga escala induziu, contudo, aqueles que passaram a conviver nas prisões a estabelecerem relacionamentos capazes de garantir a convivência entre eles. Os presídios e o aprisionamento em larga escala criaram oportunidades para a construção social de mecanismos de mediação de conflitos no universo do crime. Essas mediações foram organizadas a partir das prisões, por lideranças prisionais, em um período em que os homicídios já eram vistos como um tipo

de ação altamente prejudicial. Conforme o aprisionamento se multiplica, o futuro com outros presos passa a fazer parte dos cálculos daqueles que participam do universo criminal. Os conflitos e os homicídios em excesso tornam-se cada vez mais uma grave ameaça a todos que se relacionam nesse meio. As prisões acabam induzindo à mediação entre os presos, que passam a mediar alternativas aos conflitos fatais. O que se enxerga na cena criminal paulista desde o começo dos anos 1990 é o fortalecimento de uma cultura de presídios que valoriza o “proceder” ou “procedimento”, o respeito às normas que permitem um convívio pacífico entre pessoas obrigadas a repartir o mesmo espaço no dia a dia (ver MARQUES, 2009 e BIONDI, 2009). O próprio estatuto do Primeiro Comando da Capital, propondo fundamentalmente a união entre os detentos, é de 1996 (JOZINO, 2005).

O cálculo de perdas e ganhos também é determinante para compreender as mudanças de comportamento. Enquanto os ganhos trazidos pelos roubos eram os mesmos, os homicídios se tornaram ações prejudiciais aos próprios autores do crime, ao mesmo tempo em que se abriram oportunidades para escolhas alternativas. Como resultado, apesar do aumento das prisões ao longo dos últimos 20 anos, os roubos e o tráfico de drogas alcançaram taxas recordes em 2009. As taxas de roubo na capital eram de 1.046 por 100 mil habitantes em 2000. Alcançou o recorde da série feita pela Secretaria de Segurança em 2003, com 1.247 casos por 100 mil habitantes e atingiu a segunda maior marca em 2009, com 1.122 casos. Também houve crescimento nas taxas de furtos e roubos e furto de carros, já que os ganhos com a prática desses crimes continuavam incentivando sua prática.

Essa produção de aprisionamento em larga escala é feita a partir do aumento dos flagrantes da Polícia Militar, que passa a seguir outra lógica de patrulhamento, vinculada a um novo tipo de gestão de planejamento e de decisões. Em vez das patrulhas aleatórias dos anos 1970 e 1980, tanto a distribuição do efetivo como as rondas e o patrulhamento passam a ter alvos específicos de acordo com o número de ocorrências policiais existentes em cada local. As transformações já começam a ocorrer ao longo dos anos 1980 e 1990. Na Polícia Militar, as mais importantes se iniciam a partir de 1987, com a implantação do Sistema de Radiopatrulhamento Padrão, chegando ao final dos anos 1990 com modelos de gestão que determinaram a eficiência da polícia no patrulhamento ostensivo, na prevenção ao crime e no aumento no número de flagrantes que resultavam em prisão. Essas ações são tomadas no sentido de diminuir a

oportunidade de cometer crimes, especialmente homicídios. Recursos, homens e operações são direcionados aos locais mais perigosos, lugares apontados pelos novos softwares criminais como de maior incidência de homicídios.

A partir do começo do final dos anos 1990, a busca por armas ilegais nos bairros com alta incidência de homicídios foi uma das maneiras encontradas pela PM para nortear as abordagens e lidar com o crime, o que gerou resultados significativos e aumentou as prisões em flagrantes (KAHN, 2006). O efeito mais importante dessa política de controle de armas foi mudar o hábito dos habitantes dos territórios violentos que costumavam sair armados para evitar serem surpreendidos por inimigos. O crescimento real do risco do flagrante, com penas inafiançáveis, estimulou que as armas fossem deixadas em casa. Nesse novo contexto, com indivíduos desarmados cientes dos efeitos prejudiciais dos homicídios, aumentaram as oportunidades para fazer opções alternativas ao homicídio, diante de conflitos que antes eram vistos como escolhas de vida ou morte. Foi uma medida capaz de influenciar diretamente a escolha homicida e, por isso, capaz de diminuir em prazo curto as taxas de homicídio.

A necessidade de se considerar temporadas na prisão durante a carreira criminal, onde vai conviver com outros detentos e prestar contas às lideranças locais, e os flagrantes em busca de armas ilegais que induziram os moradores de bairros violentos a deixarem as armas em casa, são exemplos de políticas públicas que induziram novos comportamentos em territórios violentos e no universo do crime. Essas políticas públicas acabaram criando oportunidades para que escolhas não violentas fossem tomadas por homicidas em potencial. A opção não violenta havia tornado vantajosa depois da popularização dos assassinatos. Essas escolhas puderam ser tomadas em decorrência das políticas públicas do final dos anos 1990.

Além de identificar o mecanismo causal de redução dos homicídios, resta ainda uma pergunta: por que os homicídios em São Paulo começaram a cair no ano 2000, enquanto outras regiões metropolitanas com problemas de violência, semelhantes ou mais antigos que o de São Paulo, permaneceram com taxas elevadas? A resposta deve buscar as razões e o período em que políticas públicas importantes começaram a ser colocadas em prática. As guinadas nas políticas penais e carcerárias são intensificadas depois de dois eventos inesperados e de grande impacto, como o Massacre do Carandiru, em 1992, em que 111 presos morreram, e o episódio da Favela Naval, de 1997. O primeiro acelerou

mudanças no sistema penitenciário; o segundo, nas PMs, que ficou ameaça de acabar (depois da Favela Naval, o governador Mario Covas apresentou um projeto de reforma constitucional para desmilitarizar a PM). Além disso, quando as reformas na polícia militar foram feitas, já havia um modelo de sucesso a ser seguido. A redução dos homicídios em Nova York, entre 1992 e 1997, levou a PM paulista, pela primeira vez, a assumir o paradigma de que os homicídios podiam ser coibidos em curto prazo por políticas de segurança pública.

São fenômenos que direcionaram esforços públicos no sentido de coibir diretamente as escolhas homicidas em contextos violentos. Além da gestão para recolhimento de armas, outras políticas se destacaram, como a reformulação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O Plano de Combate aos homicídios foi posto em prática pelo Departamento a partir de abril de 2001. As principais estratégias utilizadas foram a identificação e aprisionamento de homicidas contumazes e investimentos em inteligência e tecnologia da informação, resultando num aumento de 770% no número de homicidas presos entre 2000 e 2004. O fundamental dessas políticas, portanto, do ponto de vista da análise situacional, foi criar condições para que escolhas alternativas ao homicídio fossem tomadas. Essas escolhas não violentas tendem a ser preferencialmente escolhidas porque os homicídios se torna uma prática prejudicial ao próprio assassino, que depois de matar fica mais vulnerável a ser vingado e assassinado por terceiros.

PCC não é causa, mas consequência

O Primeiro Comando da Capital (PCC) deve ser compreendido a partir desse contexto saturado de homicídios, de comunidades repletas de conflitos deflagrados em busca de opções para diminuir esses conflitos e da política de aprisionamento em larga escala. A fundação da facção, aliás, é uma forma de integrantes do universo criminal paulista tentarem se organizar para lidar com a desordem vigente nesse meio e para melhorar o convívio nas prisões (JOZINO, 2004). Entre os 16 itens do estatuto do PCC, o apelo ou a imposição à união entre os integrantes é mencionado em oito (MANSO, 2005: 83). A influência do PCC se concentra e emana fundamentalmente do interior das prisões de São Paulo, chamada de “faculdade” (NUNES DIAS, 2011: 222). A facção só passa a ter ascendência sobre o lado de fora dos presídios com o passar dos anos, depois da popularização do telefone celular no ano 2.000. Mesmo assim, suas lideranças,

despreparadas e com dificuldades de dar os rumos à facção, travam guerras sangrentas até pelo menos 2003.

A força da facção, portanto, é resultado das medidas e das omissões das políticas carcerária e penais do Estado que resultaram em aprisionamento em larga escala e induziram ao convívio e à criação de meios para mediar conflitos – as próprias lideranças prisionais acabam tomando a iniciativa, já que o Estado é incapaz de interferir. Essas políticas só tiveram o impacto verificado porque os homicídios passaram a prejudicar os integrantes do universo do crime e dos territórios violentos que continuassem optando pelos assassinatos para lidar com conflitos. Mais do que causa da diminuição da violência, o PCC deve ser visto como consequência das ações e omissões das instituições do Estado e da trajetória dos homicídios na RMSP.

Do lado de fora, sociólogos e antropólogos já vêm apontando a importância de se discutir os efeitos dessa organização criminosa na diminuição dos homicídios em São Paulo (FELTRAN, 2008a; TELLES; HIRATA, 2007; NUNES DIAS, 2011; MARQUES, 2009; PERES et al., 2011; MIRAGLIA, 2011). Esses estudos mostraram a existência dos “debates”, instâncias informais de mediação de conflitos organizadas pela facção no interior e do lado de fora dos presídios, nas periferias da RMSP (FELTRAN, 2008a; HIRATA, 2010; MALVASI, 2012). Os debates são usados, inclusive, por habitantes de bairros violentos em busca da solução de impasses. “Ninguém mata sem a autorização do PCC em São Paulo” é uma frase bastante repetida em bairros das periferias que testemunharam a redução dos homicídios.

A atuação do PCC no atacado das drogas ajudaria a diminuir a disputa entre as bocas varejistas nas periferias. A influência do PCC do lado de fora das prisões e na venda de drogas só ocorre mais claramente depois de 2005/2006, quando a queda dos homicídios em São Paulo já vinha em ritmo acelerado. Os debates, no entanto, não surgem como iniciativa de uma liderança com legitimidade para mudar comportamentos em diferentes “quebradas” da RMSP, nem pela atuação de uma rede complexa e sofisticada. O PCC não tem essa capilaridade, nem essa racionalidade. A diminuição dos conflitos e os debates, contudo, são efeitos desse novo contexto moral das periferias, que incentiva o controle dos homicídios e incentiva a criação de soluções alternativas. Os moradores dos bairros violentos vão buscar ajuda com os integrantes do PCC e pedem a eles que ajudem na solução dos conflitos. Mas não são as lideranças da facção que impõem

necessariamente o armistício, mas essas lideranças também são demandadas a ajudar na mediação.

Se hoje o PCC é apontado como principal causador da queda dos homicídios pela população dos bairros violentos, isso apenas demonstra como o grupo conseguiu simbolizar essa mudança, de alguma forma, e ajudar a colocar em prática soluções alternativas aos homicídios em contextos violentos. O mesmo já ocorreu com os justiceiros nos anos 1980, espécies de heróis da periferia naqueles tempos. O PCC passou a ser visto como um instrumento de controle, criado pela sociedade e grupos saturados de violência, capaz de ampliar as oportunidades de escolhas não violentas. As mudanças de comportamento não vieram de cima para baixo. Foram sendo estabelecidas nas prisões e migrando com o tempo. Não foram ordens de cúpula implantadas nas favelas, mas moradores dos bairros violentos que buscaram nos traficantes armados auxiliares informais para mediar conflitos locais.

Conclusão

A análise situacional aproximou a investigação dos elos mais próximos da corrente causal que induziram às escolhas homicidas em São Paulo entre 1960 e 2010. Foram analisadas as características do contexto e dos indivíduos e as mudanças no processo de percepção e escolha ao longo desses 50 anos. As transformações contextuais provocadas pelos próprios homicídios mudaram também a forma dos indivíduos enxergarem a violência. O efeito multiplicador desse tipo de ação homicida acabou sendo determinante na indução de novas práticas de homicídios.

O método situacional permitiu, portanto, compreender as propriedades do processo epidêmico de crescimento dos homicídios em São Paulo, semelhante ao verificado em outras cidades brasileiras e mundiais. Os homicídios, quando tolerados, se disseminam no território graças ao efeito multiplicador deste tipo de ação. O mesmo modelo de análise situacional ajuda a compreender a queda dos homicídios. Quando os homicídios se popularizam e a desordem cresce nesses contextos (e os homicídios passam a ser vistos como uma ameaça à própria vida do autor, graças à vingança a que ele fica sujeito), aumenta a possibilidade de que políticas públicas tenham efeitos de controle dos homicídios. O ganho adicional proporcionado por escolhas alternativas ao homicídio garante o sucesso dessas políticas públicas.

As explicações desse processo, identificando como mudanças no contexto e no indivíduo podem ser altamente indutoras de escolhas homicidas, ajudam a compreender a racionalidade por trás dessas ações, por mais carregadas que possam estar de emoções e simbolismos. Fatores macro sociais e econômicos, como renda, composição etária, educação, quantidade de armas em circulação, etc., podem atuar como causas das causas na extensa corrente causal que leva aos homicídios. Mas não explicação por si só as escolhas tomadas pelo assassino, tarefa que a análise situacional desempenha com mais eficiência.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. _____. Conflitualidade e violência – reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 10, nº 1, pp. 19-47, 1998.

_____; CARDIA, Nancy. *Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio*. São Paulo, 1980-89. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (org.). *Violências em tempo de globalização*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 66-90.

_____: SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estud. Avançados*, vol.21, n.61, pp. 7-29. 2007.

BANDURA, A. The role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism. In F.M. Moghaddam & Marsella, *Understanding terrorism: psychological roots, consequences and interventions*. Washington DC: American Psychological Association. PP 121-150. 2004

BICUDO, Hélio P. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC*. Dissertação de mestrado em antropologia social na Universidade Federal de São Carlos. 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CLARKE, R.V and FELSON M. *Routine activity and rational choice: advances in criminological theory*, vol. 5 New Brunswick, NJ: Transaction Books. 1993

CORRÊA, Astorige. *Correinha, o caçador de bandidos, líder do verdadeiro esquadrão da morte*. Edição supervirtual para ebooks. Ver <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/correinha.html>

DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIO E PROTEÇÃO À PESSOA (DHPP). *Anuário de atividades do DHPP entre 2004 e 2005*. São Paulo: Editora Roca, 2006.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 1984.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Violência e modo de vida. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 4, nº 1-2, pp. 43-52, 1992.

_____. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. *Tempo Social. Revista Social. USP, S. Paulo Vol 1 (1)*. 121-134. 1989.

FELTRAN, Gabriel de S. Margens da Política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova, São Paulo, 79*: 201-233, 2010a.

_____. Sobre “trabalhadores” e “bandidos”. A trajetória de uma família de favela em São Paulo. 2010b.

_____. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas, SP. Tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas. 2008a

_____. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. 2008 b.

FLAHERTY Brendan & SETHI Rajiv. Peaceable kingdoms and war zones. Preemption, Ballistics and Murder in Newark. 2008

FERREIRA, Maria Inês Caetano. *Homicídios na periferia de Santo Amaro: um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida em um cenário de exclusão*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; KAHN, Túlio; MELLO JORGE, Maria Helena P. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 39, nº 4, p. 627-633, 2005.

_____; COSTA, Luciana S. Homicídios e desigualdades sociais no município de São Paulo. *Ver. Saúde Pública*; 39 (2): 191-7. 2005

_____. *Homicídios no município de São Paulo: perfil e subsídios para um sistema de vigilância epidemiológica*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, pp 7-8, 2002.

GLAESER, Edward L.; SACERDOTE, Bruce I.; SCHEIKNKMAN (2002): *The Social Multiplier*. National Bureau of Economics Research, Cambridge.

_____; MELLO JORGE. M. Helena P. de. Mortalidade violenta no município de São Paulo nos últimos 40 anos. *Revista Brasileira de Epidemeologia*. vol. 3: 1-3, 2000.

GLADWELL, Malcolm. *The tipping point: How little things can make a big difference*. Little, Brown and Company, 2000.

MINGARDI, Guaracy. Os matadores da periferia paulistana. *Revista do Ilanud*, nº 3, textos reunidos, pp. 31 a 42, 1991.

_____. *Tiras, ganços e trutas*. Cotidiano e reforma na polícia civil. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

_____. O Estado e o Crime Organizado – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo, 1998.

GOTTFREDSON, M.R; HIRSCHI T. A general theory of crime. Stanford University Press. 1990

HIRATA, Daniel V. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese apresentada no programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade de São Paulo. 2010.

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos*: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2005.

KAHN, Túlio. *Homicídios dolosos em São Paulo*. Texto produzido para a coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), 2007.

_____. *Ciclos econômicos e crimes contra o patrimônio*. Estudo feito na Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2006.

_____. *Tráfico ou favela*: o que influencia mais os homicídios? Estudo feito para a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2004.

_____; ZANETIC, André. O papel dos municípios na Segurança Pública. In: Estudos Criminológicos, 4, 2005.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Viver em Risco sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, nº 63, São Paulo, CEBRAP, pp 1-40, 2002

MALVASI, Paulo Artur. Interfaces da vida loka – um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2012

MANSO, Bruno Paes. *Homicídios e Homicidas* – Uma reflexão sobre a atualidade urbana em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____; FARIAS, M.; GALL, N. *Diadema*. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Braudel Paper nº 37.

_____. *O Homem X* – Uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

MARQUES, Adalton; Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade de São Paulo. 2009.

MIRAGLIA, Paula. Homicídios: guias para a interpretação da violência na cidade. In São Paulo: novos percursos e atores. Organizado por Lucio Kowarick e Eduardo Marques. Centro de Estudos da Metrópole. Editora 34. 2011

NUNES DIAS, Camila C. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese apresentada no programa de pós-graduação em Sociologia. 2011.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, pp 11-44, 1983.

_____. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, Fábio Wanderley.; O'DONNELL, G. (orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, pp. 168-199, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e Classes Populares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 3, pp 5-24, 1979.

_____. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto. et. al. *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. Violência fatal: conflitos policiais em SP (81-89). *Revista USP*, São Paulo, nº 9, pp. 95-112, 1991a

_____. Autoritarismo e Transição. *Revista USP*, São Paulo, nº 9, pp 37-56, 1991b.

_____. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*. São Paulo, USP, vol. 9, nº 1, pp. 43-52, maio/1997.

_____. O Estado de direito e os não-privilegiados na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAMPSON, R.J and BEAN, L. Cultural mechanisms and killing fields: a revised theory of community-level racial inequality. Department of Sociology, Harvard University. 2005.

_____. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência no Brasil*. Instituto Sagari. São Paulo, 2011.

_____. WIKSTRÖM, Per-Olof H. The explanation of crime: Context, Mechanisms and Development. Introduction: 1-7. Cambridge University Press. 2006.

_____. WIKSTRÖM, Per-Olof. Social Mechanisms of community influences on crime and pathways in criminality. 118-148. The Guilford Press. 2003.

_____. LAUB, J.H. Shared beginnings, divergent lives. Delinquent boys to age 70. Harvard University Press. 2006

_____ LAUB J.H Crime in the making. Pathways and turning points through life. Harvard University Press. 1995

_____ ; RAUDENBUSH S. W.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. Science. Vol. 277. 1997. Sciencemag.org

SHAW, Clifford, MCKAY, Henry; Social factors in juvenile delinquency. Washington DC. 1931

SILVA, José Fernando Siqueira da. *Justiçeiros e violência urbana*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PERES MFT, Vicentin D, Nery MB, Lima RS, Souza ER, Cerda M, ET AL. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. Ver Panam Salud Publica. 2011; 29 (1): 17-26

WAISELFISZ, Jacobo. *Mapa da Violência: os jovens do Brasil, juventude, cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Edições Garamond, 2002.

WIKSTRÖM P.O. Crime propensity, criminogenic exposure and crime involvement. MschrKrim 92. Jahrgang – Heft 2/3. 2009

_____ ; TREIBER K.H.. Violence as situational action. ICJV: Vol, 3 (1) 2009, pp 75-96

_____ ; BOUHANA N. Theorizing terrorism: Terrorism as moral action – a scoping study. 2008

_____ ; LYNAM D.R; AYSHALOM C.; MOFFIT T.; LOEBER R. NOVAK S.: The interaction between impulsivity and neighborhood context on offending: the effects of impulsivity are stronger in poorer neighborhoods. Journal of Abnormal Psychology, 2000. Vol. 109, n 4. 563-574